



Anais da Assembléia

Nº 175

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUÍZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUÍZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUÍZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretário - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|-------------------------------|
| Governo | Deputado Valdir Rossoni |
| PFL | Deputado Plauto Miró |
| PTB | Deputado Ademar Traiano |
| PMDB | Deputado Orlando Pessuti |
| PPB | Deputado Augustinho Zucchi |
| PT | Deputado Péricles H. de Mello |
| PDT | Deputado Edgar Bueno |
| PL | Deputado Horácio Rodrigues |
| PSN | Deputado Emerson Nerone |
| PSDB | |

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Jílilio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 1997
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Doutor Rosinha.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Nelvo Beraldin, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Tecchy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jólío Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Portaria:

PORTARIA Nº 327, de 10.10.97

O SECRETÁRIO DO TESOUREO NACIONAL, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 155 do Decreto nº 93.872, de dezembro de 1986, e tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nas Portarias Interministeriais nº 213 MF/MPO, de 02 de setembro de 1997 e nº 248 MF/MPO, de 26 de setembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Divulgar os valores dos recursos sem exigência de reembolso à união a serem entregues aos estados e a seus respectivos municípios, como previsto nos artigos 5º e 6º da Portaria Interministerial nº 213 MF/MPO/97, e de acordo com o disposto no item II do art. 1º da Portaria Interministerial nº 248 MF/MPO/97:

I - valores referentes ao art. 5º:

| | | | R\$ 1,00 |
|-------|-------------|------------|------------|
| UF | VALOR BRUTO | ESTADO | MUNICÍPIOS |
| AP | 154.202,32 | 115.651,74 | 38.550,58 |
| ES | 421.042,41 | 315.781,81 | 105.260,60 |
| TOTAL | 575.244,73 | 431.433,55 | 143.811,18 |

II - valores referentes ao art. 6º

| | | | R\$ 1,00 |
|-------|---------------|---------------|---------------|
| UF | VALOR BRUTO | ESTADO | MUNICÍPIOS |
| AC | 343.037,72 | 257.278,29 | 85.759,43 |
| AL | 690.898,72 | 518.174,04 | 172.724,68 |
| AP | 1.175.036,80 | 881.277,60 | 293.759,20 |
| CE | 470.793,19 | 353.094,89 | 117.698,30 |
| DF | 0.757.870,73 | 7.215.409,90 | 7.478.469,93 |
| PR | 33.855.266,57 | 25.816.472,20 | 8.038.794,37 |
| PI | 3.190.242,56 | 2.392.681,92 | 797.560,64 |
| RS | 31.494.184,57 | 23.620.638,43 | 7.873.546,14 |
| TOTAL | 93.559.463,12 | 70.169.597,34 | 23.389.865,78 |

Art. 2º - Divulgar os valores dos recursos restituíveis à União a serem entregues ao Estado do Paraná e a seus

municípios, conforme prevê o art. 7º da Portaria Interministerial nº 213 MF/MPO/97

| | | | R\$ 1,00 |
|----|---------------|---------------|--------------|
| UF | VALOR BRUTO | ESTADO | MUNICÍPIOS |
| PR | 33.519.812,80 | 25.139.859,60 | 8.379.953,20 |

Art. 3º - Divulgar o montante de recursos a ser entregue (VE) aos Estados do Paraná e Rio de Janeiro e a seus respectivos municípios, no mês de outubro de 1997,

referente ao décimo-primeiro período de competência (julho/97), conforme disposto no Anexo da Lei Complementar 87/96:

| | | | R\$ 1,00 |
|-------|---------------|---------------|----------|
| UF | ESTADO | MUNICÍPIOS | |
| PR | 16.459.662,10 | 5.487.657,10 | |
| RJ | 20.124.743,48 | 6.709.573,31 | |
| TOTAL | 36.584.405,58 | 12.197.230,41 | |

§ 1º - Dos recursos referenciados no "caput" deste artigo, já está deduzida a parcela do saldo devedor do adiantamento efetuado em outubro de 1996, atualizada pelo Índice Geral de Preços no conceito Disponibilidade Interna (IGP-DI). Desses recursos, deverá ainda ser abatido o valor das dívidas da administração direta e indireta da correspondente Unidade Federada, conforme item 9 do Anexo da Lei Complementar 87/96.

§ 2º - Os procedimentos utilizados na apuração dos valores de entrega estão dispostos no Anexo da Portaria nº 298, de 24 de setembro de 1997.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(a) ALMÉRIO CANÇADO DE AMORIM
Secretário do Tesouro Nacional - substituto

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração de votos de profundo pesar, pelo falecimento do professor Teodócio Atherino.

REQUER ainda, que do teor do presente, seja dado a ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, 16.10.97

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Teodócio Atherino, professor e engenheiro civil, faleceu aos 74 anos, deixando consternada a sociedade curitibana. Foi professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde foi reitor da 1974 a 1977. Ocupou vários cargos públicos, entre os quais o de Engenheiro-Chefe da seção de estudos do Departamento de Estradas de Rodagem, Diretor de Urbanismo da Prefeitura de Curitiba e Diretor da Bolsa de Valores do Paraná.

Nasceu em Florianópolis, mas adotou Curitiba, como sua cidade. Teodócio Atherino recebeu o Título de Cidadão Honorário de Curitiba, em maio de 1978, e em 1977, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou um voto de louvor ao professor, pelo seu desempenho como reitor da UFPR.

Deixará em seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos companheiros, uma vida de lealdade e amizade.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembleia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de associar à dor de pesar recebidos pela família Atherino e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 2403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consagração na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do policial civil Francisco Brugnari, ocorrido no último dia 15 na cidade de Maringá quando no exercício de suas funções em confronto com marginais, foi atingido por disparos de armas de fogo.

A morte do investigador Francisco Brugnari abalou a 9ª SDP, casado e pai de duas crianças - um casal de 7 e 3 anos de idade - "Chico" entrou para os quadros da Polícia Civil do Paraná no ano de 1979.

Policial de 2ª Classe, integrava a mesma equipe do investigador Aristau Carnaval o "Cipó", morto dia 6 de maio passado, também em confronto com marginais.

Seu passamento veio consternar os meios policiais de nosso Estado e de Maringá, onde desfrutava de grande estima pelas suas qualidades pessoais e capacidade de trabalho.

REQUER, ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência a 9ª SDP/Riga, ap SINCLAPOL/Riga, ao SINCLAPOL/Cbta, e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.10.97

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 2405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Assembleia, voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Teodócio Jorge Atherino, ocorrido no último dia 14 deste mês, nesta Capital.

REQUER, outrossim, que se dê ciência deste requerimento, à Srs. Madalena Atherino e ao Dr. Jorge Atherino, respectivamente viúva e filho do extinto, à rua Jerônimo Durski, 235, em Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 16.10.97

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Professor Teodócio Jorge Atherino, ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná, foi um grande mestre do cálculo matemático, planejador de estradas e responsável pela execução do plano direto de Curitiba, na gestão de Ivo Arzua Pereira. Todas as principais rodovias que cortam nosso Estado, tiveram a participação intelectual do Professor Teodócio, quando engenheiro de seções técnicas do DER.

Na área da pesquisa, Teodócio Atherino deixou diversos trabalhos científicos, inclusive sobre computação eletrônica, tendo encaminhado e desenvolvido os sistemas de informática no prédio central da Universidade Federal.

Antes de ser nomeado Reitor da UFPR, o professor Teodócio ocupou a direção do Departamento de Ciências Exatas, procurando sempre atender os aspectos da essência da universidade, a pesquisa, o ensino e a extensão.

O falecimento de Teodócio Jorge Atherino deixa consternados, além de seus familiares, um grande número de amigos e companheiros, aos quais ele não hesitava em defender em quaisquer circunstâncias. Costumava dizer que "Um amigo é para sempre".

REQUERIMENTO Nº 2401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: votos de congratulações e aplausos ao proprietário da Agência de Bicieta - HAIN E CIA. LTDA., extensivo aos funcionários, pelo excelente atendimento que vem prestando a sociedade paranaense e principalmente a de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16.10.97

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Agência de Bicieta de Hain e Cia. Ltda., empresa conceituada de renome no comércio de bicicletas no Estado do Paraná, vem prestando excelente serviços em prol das pessoas mais carentes e necessitadas e a sociedade curitibana.

REQUERIMENTO Nº 2402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridas na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações e aplausos, aos Senhores: Antonio Lopez Fernandez, ex-Presidente João Pivovar Netto, Presidente e à Senhora Sílvia Regina Labre Cruz, Diretora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE da Cidade de Jaguariaíva pelo excelente trabalho realizado em prol dos portadores de deficiências e pela brilhante coordenação e realização das IV Jogos dos Portadores de Deficiências realizados naquela cidade nos dias 10/11 e 12 do corrente mês, estendendo aos demais membros da Diretoria, funcionários e alunos.

Sala das Sessões, em 16.10.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Professor Antonio Lopez Fernandez, cidadão de bons princípios, exemplo de dedicação, não mudou seus passos durante os dez anos que praticamente viveu dentro da APAE, como Presidente, implantando diversos cursos,

modalidades, construindo, reformando, inovando sempre, deixando aquela entidade nos mais altos degraus, seus funcionários cheios de disposição ao trabalho e seus alunos felizes.

O Senhor João Pivovar Netto, atual presidente, conhecedor dos problemas referentes aos portadores de deficiências continuou com plena dedicação os trabalhos realizados anteriormente, inovando ainda mais com a realização dos IV^o Jogos dos Portadores de Deficiências agora realizados.

A Senhora Sílvia Regina Lebre Cruz, Diretora exemplar e dedicada à causa do portador de deficiências, vem há longos anos com eficácia desenvolvendo este cargo, sendo uma das principais responsáveis pelo êxito alcançado nesta Olimpíada acontecida nos dias 10/11 e 12 do corrente mês de outubro naquela Cidade de Jaguariúva.

REQUERIMENTO Nº 2404

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja consignado nos anais desta Assembléia Legislativa, o aplauso deste Poder as autoridades que listamos pelo apoio e empenho no Movimento do Rio Ivaí, conforme listamos:

Aos Senhores Prefeitos

- Prefeito de Santa Mônica
Sr. José Otacílio dos Santos
- Prefeito de Tapira
Sr. Vagner Batista de Souza
- Prefeito de Santa Isabel do Ivaí
Sr. José do Carmo Lavagnoli
- Prefeito de Sta. Cruz de Monte Castelo
Sr. Hélio Vasconcelos Filho
- Prefeito de Querência do Norte
Sr. Wanderley Alves da Costa

Aos Senhores Presidentes das Câmaras de Vereadores, extensivo a todos os edis

- Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Mônica
Sr. Sérgio Pereira da Silva
 - Presidente da Câmara de Vereadores de Tapira
Sr. Gentil Bertolazzo Correa
 - Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Isabel do Ivaí
Sra. Eliana Dandolini Felipe
 - Presidente da Câmara de Vereadores de Sta. Cruz de Monte Castelo
Sr. Rosalvo Mendes de Araújo
 - Presidente da Câmara de Vereadores de Querência do Norte
Sr. Misael Jefferson Nobre
- e ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig.

A presente solicitação é uma justa homenagem pelo empenho, onde reafirmo minhas congratulações, pelo dinamismo, daquele Movimento, conforme demonstraremos na justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 16.10.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de criar-se uma ligação instantânea entre os Municípios de Tapira e Santa Mônica se mostra marcante desde os tempos de asfaltamento da rodovia. A Região Noroeste já demonstrou sua vocação agrícola e, fica patente que todos devemos empreender uma verdadeira cruzada pela melhoria de qualidade e aumento da produtividade em todas as regiões do nosso Estado, que devem estar plenamente interligadas e, que só se concretizará se forem contornadas todas as barreiras impeditivas, inclusive as naturais, que a tecnologia nos favorece romper com largo conforto.

A construção desta ponte interligando estes municípios facilitaria sobremaneira o escoamento da produção agrícola oferecendo sinergia no desenvol-

vimento econômico e social daqueles dois municípios e dos demais circunvizinhos que desfrutariam desta mesma integração.

O Paraná tem posição geográfica privilegiada e promissora em relação ao MERCOSUL que por suas fronteiras torna-se a "Porta" mais destacada do território nacional. A remoção de barreiras impeditivas e a execução de projetos que elevem o índice da oferta de emprego e facilitem o livre tráfego de riquezas em nossa Região e o livre acesso a todas elas.

Esta é a justificativa de nosso requerimento, que contribuirá com a distribuição do bem econômico e social, fixando o homem do campo, e proporcionando melhoria considerável da qualidade de vida do Paraná e dos paranaenses.

Certo fica que os homenageados que integram a lista do presente requerimento, muito tem contribuído e se empenhado para a realização daquele empreendimento de importância econômica e social para a Região Noroeste.

REQUERIMENTO Nº 2406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a liberação de recursos para pagamento do Fundo Rotativo destinados a Polícia Civil.

As delegacias de polícia do Estado vivem grandes dificuldades operacionais em virtude dos atrasos no pagamento do Fundo Rotativo.

Tal fato já apresenta repercussões no combate a criminalidade.

Tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar recorrem com frequência à comunidade para obter auxílio destinado a custeio de suas atividades, principalmente para aquisição de combustível, pneus, peças de reposição e manutenção de veículos.

Em síntese: de um lado temos a população aterrorizada pela avalanche de crimes que assola o município e a região; de outro temos a polícia cujas chefias admitem publicamente não dispor de condições para minorar esse quadro, enquanto o poder público não lhe destinar as condições adequadas.

Sala das Sessões, em 16.10.97.

(a) JOEL COIMBRA

Projeto de lei:

PROJETO DE LEI Nº 561/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1^o - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Londrina o imóvel de sua propriedade, conforme escritura pública de permuta transcrita sob o nº 68.252, no Cartório de Registro de Imóveis do 3^o Ofício da Comarca de Londrina, com a seguinte descrição:

Área de terras denominada "B", contendo 3.773,09 metros quadrados, destacada de outra maior, que na sua totalidade mede 8.018,75 m², e de parte da Rua Argolo Ferrão, situada no "Jardim Europa" desta cidade, subdivisão do lote nº 110-A, da Gleba Patrimônio Londrina, dentro das seguintes divisas e confrontações: "Principiando no alinhamento predial norte da Rua Almirante Barrozo, ponto comum de divisa com a data nº 12, da quadra nº 04, do Jardim Europa, deste ponto segue confrontando com as datas nºs 10 e 12, da quadra nº 04, do Jardim Europa, no rumo SE 0°01'39"N/W, na extensão de 105,00 m, deste ponto segue confrontando com a Rua Argolo Ferrão no rumo SW 89°57'40"N/E, na extensão de 2,98m, e ainda em concordância de curva com desenvolvimento de 5,87m e raio de 10,28m, desenvolvimento de 19,90m e raio de 10,00m, deste ponto segue confrontando com o lote nº

113, da Gleba Patrimônio Londrina, no rumo S178°57'40"NE, na extensão de 30,55m, onde atinge a margem direita do leito antigo do Córrego das Pombas, e descendo o referido Córrego pela sua margem, até atingir o alinhamento predial da Rua Almirante Barrozo, e por este alinhamento em concordância de curva com desenvolvimento de 10,50m e raio de 38,73m e ainda no rumo NE89°58'43"SW, na extensão de 14,02m onde atinge o ponto inicial, fechando uma área de 3.773,09m²."

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere este artigo fica desafetado de uso especial.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.97.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O imóvel objeto desta lei deveria ser utilizado pelo Estado do Paraná para a construção de um Distrito Policial, Sede Administrativa, Carceragem, Instituto Médico Legal, Setor de Identificação e demais serviços correlatos.

Esta destinação teria sido descartada em virtude do referido imóvel localizar-se em região imprópria para a destinação prevista.

Como o mesmo imóvel pertencia originalmente ao Município de Londrina e foi transferido ao Estado do Paraná para ser utilizado na destinação específica - conforme a Lei Municipal nº 4.011, de 04/11/87 e a Leis Estaduais nºs 8679, de 22/10/87, e 8893, de 26/10/88 - não há mais razão para que o referido imóvel permaneça com o Estado.

Assim, considerando que o Município de Londrina poderá utilizá-lo em iniciativas adequadas ao seu desenvolvimento econômico, social e urbano, propomos este Projeto de Lei.

Confiamos poder contar com o inestimável apoio dos nobres pares nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 562/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo, incluir o Município de Castro na relação de municípios integrantes no contrato de ligação do gasoduto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.97.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA.

A Câmara Municipal de Castro em sessão realizada no último dia 18 de setembro aprovou por maioria absoluta Requerimento encaminhado aos Exmos. Senhores Jaime Lerner, Governador do Estado, e ao Deputado Nelson Justus, Secretário de Estado da Indústria e Comércio, solicitando para que o Município de Castro seja incluído no contrato de ligação do gasoduto. Esta ligação proporcionará a população daquela região uma energia mais barata e abundante para uso doméstico e industrial, preservando com isto as reservas energéticas como as matas do município e da região. Propiciará também o maior desenvolvimento das indústrias de talco e caulim, cujos dados anexamos a presente justificativa, fornecido pela COSTALCO - Mineração Indústria e Comércio Ltda, além de cópias do Requerimento nº 161/97 e Ofício nº 293/97 da Câmara Municipal de Castro.

PROJETO DE LEI Nº 563/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Secretaria de Estado da Fazenda, autorizada a doar através da SERLOPAR - Serviço da Loteria do Estado do Paraná, sobras de prêmios não procurados, totalizando R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), acumulados nos anos de 1995, 1996 e 1997.

Art. 2º - Os recursos acima citados, deverão ser re-

passados as seguintes instituições de saúde, sendo R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o Hospital Erasto Gaertner, e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o Hospital de Clínicas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 16.10.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Não pretendo usar da tribuna, mas gostaria de comunicar a essa Casa e especialmente ao Líder do Governo o Deputado Valdir Rossoni, que depois que o Governo atender as exigências feitas pela Secretaria do Tesouro Nacional, com a publicação dos demonstrativos da Receita Tributária de 95 até hoje, com a publicação dos balancetes financeiros e Diário Oficial, no dia de hoje está sendo repassado para o Estado do Paraná, sendo que R\$ 66.614.000,00 para o Estado e R\$ 22.423.000,00 para os municípios, totalizando R\$ 89.037.000,00 referentes ao dinheiro que estava bloqueado, pela falta de apresentação de documentos, dinheiro oriundo da Lei Complementar nº 87, referente a Lei Kandir que transfere a perda dos municípios ou parte dessa perda que os municípios e o Estado têm com a desoneração do ICMS dos produtos destinados a importação e outros.

Então gostaria de comunicar a Liderança do Governo, especialmente ao Deputado Valdir Rossoni, que só hoje depois de cumprida todas as formalidades exigidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, embora atrasadas essas formalidades, por isso que o dinheiro só vai sair hoje, está sendo liberado o dinheiro para o Estado e para os municípios, para o Governo do Estado, para as Prefeituras Municipais do Estado do Paraná no total de R\$ 89.037.000,00.

Era isso Senhor Presidente, Senhores Deputados e fica aqui esse comunicado a esta Casa.

Obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Gostaria que o Deputado Romanelli comunicasse a Casa e não a mim. Porque ele está fazendo um comunicado que já sabemos a mais de uma semana. E faço o seguinte desafio ao Deputado Romanelli. Já que ele insiste em dizer que os repasses da Lei Kandir não foram feitos ao Paraná porque não foram dadas as informações. Faço o seguinte desafio ao ilustre Parlamentar, que me parece que estou falando em grego aqui porque ele não está conseguindo entender.

Os repasses da Lei Kandir, não foram repassados ao Paraná porque o Ministério da Fazenda baixou uma portaria, a qual tinha uma cláusula que a Secretaria da Fazenda do Paraná se negou a concordar com aquela cláusula. O Secretário da Fazenda do Paraná foi a Brasília, houve realmente o atraso, pela Secretaria da Fazenda não concordar com aquela cláusula, da portaria do Ministério da Fazenda, o Secretário entrou em negociação com o Ministério, o Ministério retirou aquele item que não concordávamos e que traria mais prejuízos ao Estado e agora foi repassado automaticamente os recursos que são devidos ao Estado do Paraná. Mas como o Deputado Luiz Claudio Romanelli quer entender da forma que ele quer, que continue entendendo dessa forma. O que quero comunicar aos ilustres Parlamentares, que não foi por falta de atraso e de informações ao Ministério da Fazenda. Foi sim, por discordar da forma com que foi feito a portaria que regulamentava esta questão da Lei Kandir.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Só para fazer uma trépica aqui ao Deputado Valdir Rossoni. Acho que o Deputado Valdir Rossoni é um homem de boa fé e trabalha sempre com as informações que recebe das autoridades constituídas desse Estado. E é desta

forma que ele está se comportando neste momento, porque deve ser a única forma que ele tem, o único instrumento. Estou dizendo ao Senhor Presidente e aos Senhores Parlamentares que, efetivamente desde o alerta que fizemos na tribuna desta Casa, dos requisitos que a Secretaria do Tesouro Nacional exigia não há nenhum item, não há nenhuma portaria, não há nenhum decreto que tenha sido modificado. O que aconteceu foi o seguinte: O Estado do Paraná publicou no Diário Oficial do dia três de outubro todos os demonstrativos tributários da Receita Tributária inclusive com a cota municipal, com a parcela dos municípios, mês a mês, bem demonstrado ICMS, IPVA, outros tributos, além disso, publicou também os balanços que estavam atrasados. Cumpridas as formalidades com a Resolução nº 300 da Secretaria do Tesouro Nacional, eu bem disse que o Estado receberia no dia 15 de outubro, se estivesse entregado os documentos, como atrasou um pouco mais, está recebendo hoje dia 16 de outubro, como havíamos dito. Na verdade é, Senhor Presidente, aqueles que informam mal o Deputado Valdir Rossoni, que obviamente defende, pelas informações que recebe de terceiros, abusam da boa fé do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - O Deputado Luiz Claudio Romanelli insiste em querer insinuar que estamos sendo mal informados pelo Secretário da Fazenda. Convido o Deputado para ir comigo na Secretaria da Fazenda logo após a sessão, e Vossa Excelência irá ver a portaria onde o Ministério da Fazenda emitiu e que o Governo do Paraná não aceitou um item da portaria, onde traria mais prejuízos ao Estado do Paraná. Não adianta insistir nesta tese, já mostramos a portaria a Vossa Excelência no dia que Vossa Excelência levantou essa questão. Então vamos ficar assim, Vossa Excelência entende da sua forma, mas quero dizer que estou sendo muito bem informado, porque acredito na competência do Secretário da Fazenda Giovanni Gionedes que defendeu os interesses do Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Vou encaminhar à Mesa um jogo completo das exigências.

O SR. VALDIR ROSSONI - Também encaminharei à Mesa um jogo completo. Para que haja essa competição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Esclarecendo o Plenário, o Deputado Luiz Claudio Romanelli e o Líder do Governo Valdir Rossoni, em mãos da Presidência se encontra uma portaria datada do dia 10 de outubro de 1997 com os repasses feitos aos Estados do Paraná e do Rio de Janeiro os montantes aos Estados e aos municípios.

Portanto, no último dia dez através de portaria assinada por Américo Cansado de Amorim que é o Secretário Geral do Ministério.

O SR. VALDIR ROSSONI - Essa portaria é da transferência dos recursos. A que estou me referindo é uma portaria onde o Ministério da Fazenda quis regulamentar uma lei o qual o Paraná não concordou.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Na verdade essa portaria, Vossa Excelência sabe, é minha, recebida da Secretaria do Tesouro Nacional ainda há pouco. Foi o Senhor Américo Cansado, ele está cansado de esperar as coisas, que me deu as informações, não estou trabalhando com informações de terceiros, que muitas vezes estão desinformados. Estou trabalhando na fonte, na Secretaria do Tesouro Nacional.

O SR. VALDIR ROSSONI - Estou trabalhando com a fonte, com a Secretaria da Fazenda do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Já que Vossa Excelência tem em mãos e passou à Mesa Executiva as informações do Ministério e o ilustre Líder coloca a Secretaria de Finanças à disposição do ilustre Parlamentar, o achado é melhor do que o procurado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Lamentável, Senhor Presidente. É lamentável. Tinha a portaria e entregamos ao Deputado Romanelli. Não está mais em minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o PDT, PL, PSDB, PFL, PT, PTB, PPB, Liderança do Governo.

Não há Oradores, está encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Portaria nº 327, subscrita pelo Senhor Secretário substituto do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, constante do expediente, divulgando os valores dos recursos entregues aos Estados e Municípios do Estado do Paraná. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Remy Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 260/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Lar São Roque, do Município de Nova Aurora. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 89, de 05.06.97)

ITEM 02
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 475/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa Unidos do Parque, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 154, de 23.09.97)

ITEM 03
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/96, de autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de Padre Felipe Sierra Ruiz a Rodovia PR-364, no trecho entre os Municípios de Nova Aurora e Assis Chateaubriand, **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J., artigo por artigo. Incorporado ao bojo do projeto.**

ITEM 04
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que denominam-se taxionetes as caminhonetes de aluguel, destinadas ao transportes de bens e mercadorias, no Estado do Paraná, **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C., Aprovado o artigo por artigo.**

ITEM 05
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que denomina Costa Oeste a Rodovia PR-497, que liga os Municípios de São Miguel do Iguaçu e Guaíra, **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J., artigo por artigo. Incorporado ao bojo do projeto.**

ITEM 06
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/97, de autoria

do Deputado Basílio Zanusso, que denomina Colégio Estadual Antonio Tortato - Ensino de 2º Grau, o atual Colégio Estadual de Paranacity - Ensino de 2º Grau. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2335, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2399, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2401 e 2402, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2403 e 2406, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2404, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2405, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20 de outubro à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 433, 461 e 481/97.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 520/96 e 098/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 334, 466 e 354/97.

Levanta-se a sessão.